

práxis da libertação

Nota de apoio da rede nacional de advogadas e advogados populares à liderança indígena e defensora de direitos humanos, Sonia Guajajara, e à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP)

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 7, n. 2, 2021
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Nota de apoio da rede nacional de advogadas e advogados populares à liderança indígena e defensora de direitos humanos, Sonia Guajajara, e à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Hoje, 30 de abril de 2021, a liderança indígena e defensora de direitos humanos, Sonia Guajajara, Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), divulgou em seu perfil do Twitter ter recebido intimação, para prestar depoimento à Polícia Federal. As investigações teriam se iniciado após a veiculação da websérie Maracá, lançada em agosto de 2020 pela APIB, e atribuem à mobilização nacional indígena suposto crime de difamação contra o governo de Jair Messias Bolsonaro. A intimação foi recebida dia 26 de abril, a pedido da própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A websérie “Maracá – Emergência Indígena”, disponível no site da APIB (<https://emergenciaindigena.apiboficial.org/maraca/>), denuncia as inúmeras violações de direitos contra os povos indígenas, que se agravaram com a pandemia da Covid-19. Tratam de fatos e denúncias que instruem a ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 709, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, na qual a APIB é uma das autoras.

Críticas são fundamentais para o aperfeiçoamento da democracia. Ao atacar indígenas, dissimulando as próprias finalidades institucionais às quais deveriam servir, os atuais responsáveis pela atuação da FUNAI apenas reforçam o papel medíocre que cumprem numa gestão governamental genocida.

Na semana em que o país alcança o trágico acúmulo de 400 mil mortes decorrentes da Pandemia de Covid-19 e em que mais de mil indígenas já vieram a óbito, exterminando inclusive os últimos sobreviventes de algumas etnias indígenas, é lastimável acompanhar a deterioração de instituições e dos instrumentos jurídicos por aqueles que deveriam zelar e defendê-las. Infelizmente, essa reputação que a atual gestão governamental ainda acredita ter já não existe diante da situação de violação dos direitos dos povos indígenas e de violência contra seus defensores, sendo público e notória a funesta realidade brasileira.

Reconhecemos todo o esforço da APIB em suprir a lentidão e ineficácia do estado no tocante à subnotificação de óbitos de indígenas por Covid-19, bem como sua legitimidade na divulgação da situação dos direitos dos povos indígenas nacional e internacionalmente. Acompanhamos a extrema gravidade com que a pandemia deteriora as condições de vida e a sobrevivência coletiva de inúmeras comunidades e povos indígenas em território nacional. Também nos solidarizamos diante dos sucessivos ataques racistas e discriminatórios sofridos pelas lideranças da APIB, perpetrado por dirigentes que se aproveitam de suas funções e cargos públicos para destilar discursos de ódio e mentiras.

Ressaltamos que estratégias antidemocráticas de perseguir, assediar e criminalizar lideranças de movimentos sociais são velhas práticas já conhecidas pelas advogadas e advogados que compõem essa rede e que tem em seu processo histórico o comprometimento com a defesa de defensores de direitos humanos e o apoio às lutas populares por uma vida digna.

A RENAP vem a público manifestar seu amplo apoio à atuação de resistência e luta que representa Sonia Guajajara e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) na garantia e proteção dos direitos humanos dos povos indígenas em todo o território brasileiro.

Jamais silenciarão as vozes indígenas!

Brasília, 30 de abril de 2021.

Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), 2021